

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**ATA 08/97 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

1  
2  
3  
4 Aos 22 dias do mês de maio, na Associação dos servidores da SMS, à Av. João  
5 Pessoa, 325 - Fundos, reuniu-se o plenário do CMS/POA, para deliberar sobre ordem  
6 do dia. **Leitura da ata anterior , Avaliação da Vacinação dos idosos; Proposta da**  
7 **SMS para o Plano de investimentos; Estruturação do CLS 8; SAMU; Assuntos**  
8 **Gerais.** Estiveram presentes os conselheiros: Sônia Maria L. Sheibler, Huguette  
9 Chinepe, Luís Gustavo F. Soares, Humberto Scorza, Giovana R. Monteiro, Elisabete S.  
10 Freitas, Cecília Nunes Pedroso, Maria Alice .G. Calvete, Clélia Machado, Alberto  
11 Gabellini, João Paulo M. Lacerda, Vera Paz, Nelci Dias da Silva, Manoel Mayer Júnior,  
12 Tatiane da Silva, Joaquim C. T. Fernandes, Regina C. de A. Rodrigues, Jorge Abib  
13 Cury, Dilmar O. da Silveira, Deoclides F. de Almeida, Marta Piccinini Luiz Cesar  
14 Cozzatti, Nilzio S. Barbosa, Neusa S. L. Heinzelmann, Debora Carvalho Xavier, Ana  
15 Lucia Valente A. Menzel, Amaro Silva de Souza, Jairo F. Tessari. Estiveram também  
16 presentes os visitantes: Isabela Heineck AFARGS, Alberto Barreto Comissão Saúde do  
17 Trabalhador POA, Fátima T. Santos usuária, Claudio Pereira U.S Vila Mapa, Norah  
18 Helena Moscheti, U.S Nova Brasilia,, Luiz Carlos Pitoni G.D 4, Naldeni T. Zani U.S  
19 Chácara da Fumaça, Teresinha A. Maraskin G.D.2 Denise Girardi G.D 3, Felipe Júnior,  
20 CVS - SMS Felipe Dal Pizzol estudante, Elci Pimenta Freire (SMS), Rita Ribeiro,  
21 (SMS), Mirian Fátima Zanatta (G.D 5), Giselda Quintana Marques (G.D 5), Maria Luiza  
22 G. Miranda (CLS 4) Maria Laura Xavier (U.S Sta. Cecília), Maria Leticia de O. Garcia  
23 (CLS4), Cláudio (M. P). Henriques Fontana (SMS), Elisa H. Kuhn (G.D 6), Gilberto A.  
24 dos Santos (Vila Orfanatrofio). **Leitura da ata anterior:** lida e após as correções  
25 aprovada com 07 abstenções. **Avaliação da Campanha de Vacinação para idosos:**  
26 Conselheira Regina relata que a comissão constituída no CMS/POA, para fazer os  
27 encaminhamentos da plenária sobre a vacinação, foi feita uma reunião, onde se  
28 organizou algum ponto que deveriam constar no pedido de providências a ser  
29 encaminhado ao M.P, entregou-se ao Assessor Jurídico para que o mesmo elaborasse  
30 a minuta. Relata ainda que houve uma reunião da comissão e CVS com a secretaria do  
31 Estado - (Diretor das Ações de Saúde) e foi lhe explicado a discussão feita no CMS e a  
32 deliberação de não fazer discriminação. Regina questiona porque não foi entregue o  
33 pedido de providências ao M.P uma vez que o mesmo já estava pronto. Jane, explica  
34 que esta Comissão não tinha como atribuição encaminhar ao M.P. Por isso está se  
35 trazendo a minuta para que a plenária tome conhecimento, para finalmente entregar o  
36 pedido de providências. Conselheiro Deoclides, critica a posição do CMS, de liberar  
37 vacina para todos os idosos, pois sabe que as doses não seriam suficientes e que  
38 talvez quem, realmente necessitasse não iria conseguir. Iria explica que mesmo  
39 fazendo a triagem não haveria doses suficientes. Luiz Felipe CVS, esclarece que o  
40 Governo do Estado divulgou como campanha sem ter as doses necessárias, pois esta  
41 divulgação gerou expectativas na população que foi até o posto para fazer a vacina.  
42 Acrescenta que após os questionamentos do CMS foi buscados bibliografia  
43 internacional de utilização da vacina e o grupo de risco para esta vacina era pessoas  
44 com mais de 65 anos e os portadores de doenças crônicas não só as pulmonares em  
45 qualquer idade, o que o CMS fez foi ser coerente. Secretário Henrique concorda e  
46 acredita que a posição do CMS não podia ser outra, uma vez que o que se esta  
47 discutindo em torno da vacinação contra a gripe, não é o fato de ter-se apenas 25.000  
48 doses para todo o estado. é lógico que este nº é melhor do que nenhuma, só que com  
49 este nº não se pode convocar a população para uma campanha de vacinação, com o  
50 critério de ter mais de 65 anos e com problemas de pneumopatia, e de cardiopatias.  
51 Henrique lembra que fazer uso deste critério teríamos que disponibilizar 4.000  
52 consultas dia para que a pessoa pudesse ser avaliada para ver se estava ou não  
53 dentro dos critérios estabelecidos pela SSMA. A forma como foi proposta a campanha  
54 de vacinação, é absolutamente irrealizável. Finaliza concordando que foi correta a  
55 decisão do CMS. Conselheiro Humberto ratifica a decisão do CMS e considera a

56 posição do conselheiro Deoclides se deve ao fato do mesmo não ter estado presente  
57 na última plenária. Regina lê a minuta do pedido de providências que será  
58 encaminhado ao Ministério Público. Jane propõe que seja anexada cópia da ata  
59 aprovada, onde consta a deliberação do Conselho. O CMS define que os conselheiros  
60 que puderem ir entregar na 6ª feira às 14 horas o pedido de providências ao Ministério  
61 público estejam na frente do mesmo, neste horário; **Proposta da SMS quanto ao**  
62 **Plano de Investimentos:** Secretário Henrique explica que esta sendo trazido para  
63 debate a proposta do plano de investimentos para iniciar o programa de recuperação  
64 de diversas Unidades de Saúde e sugere que esta apresentação se de em dois  
65 momentos. 1º Inicialmente Sr. Elci - coordenador financeiro da SMS, fará síntese de  
66 prestação de contas ao CMS, explicando de onde sairá os recursos que serão usados  
67 no plano de aplicação da SMS. Após abre-se o debate. Sr. Elci propõe que numa  
68 plenária de junho este assunto seja pautado, para que a SMS faça a apresentação dos  
69 dados da execução do orçamento/97 e estes sejam submetidos a apreciação deste  
70 Conselho e debatido amplamente.... Agora com a gestão semiplena repasses do fundo,  
71 os gastos da SMS e com serviços próprios, com os prestadores e serviços contratados  
72 deverão ser discutidos pelo CMS. Elci explica que a questão dos recursos é complexa,  
73 uma vez que há escassez, mas felizmente alguns passos foram dados e hoje o  
74 repasse dos recursos do Ministério na gestão semi plena não estão no grau de atraso  
75 do final do ano/96. A partir de 1997 houve regularidade no repasse do teto financeiro  
76 para Porto Alegre e que houve reajuste dos valores. Este ainda não vem junto com o  
77 montante. Neste momento final de maio a SMS já recebe o montante de R\$ 17.000.000  
78 milhões e os reajustes de 25% de todos estes meses. Falta ser repassado o reajuste  
79 dos meses de agosto a dezembro de 1996. Destes R\$ 17.000.000, menos de 6% fica  
80 no município por conta da produção dos serviços próprios e municipalizados, os 94%  
81 restante vão para os convênios, serviços contratados e prestadores de serviço.  
82 Secretário Henrique explica que durante os últimos 30 dias procurou-se fazer toda uma  
83 análise com a direção da Secretaria; com as Gerências Distritais, acompanhando os  
84 documentos das pré - conferências, as demandas anteriores do o.p que existiam e foi-  
85 se construindo as possibilidades que estes recursos permitem para executar o plano de  
86 investimentos. Neste 1º momento foram priorizados um programa emergencial de  
87 recuperação e ampliação das unidades de saúde são elas: PAM 4 unidade Básica, U.S  
88 Belem Novo Reforma e adaptação de uso, U.S V. Farrapos Reformas e adaptação de  
89 uso, PA Aparício Borges. Reforma e adaptação ampliação, U.S Bananeiras Reforma e  
90 adaptação Ampliação, PAM 3 Unidade Básica, PAM Sta. Marta Reforma e adaptação  
91 de uso Térreo 1º e 3º pavimento, PAM Nova Sta. Rosa Ampliação área acoplada a  
92 existente, U.S Passo das Pedras Reforma e ampliação da área (EPO), U.S Orfanatório  
93 1 Construção de nova Unidade (EPO), PSF V. Esmeralda Reforma e ampliação, PSF  
94 Vila Brasília Projeto multirão (contrapartida SMS:50%), PSF Rubem Berta Reforma de  
95 área Prédio da Associação, Almojarifado Reforma e adaptação de uso, PAM 3  
96 Reforma e adaptação de uso (cercamento, recepção UPACS), custo estimado para o  
97 programa R\$ 2.000.000,00. Essas Unidades foram levantadas ao longo do tempo, por  
98 estas Unidades estarem em precárias condições tanto por este Conselho, como nas  
99 pré-conferências e Orçamento Participativo houve convergências de prioridades.  
100 Foram feitas questionamentos por parte dos conselheiros quanto os custos estimados  
101 para o programa se já há projeto e tempo para execução, recursos humanos e a  
102 construção de novos PSF e avaliação dos já existentes. Conselheira Regina considera  
103 que o Estado (SSMA) deve ser responsabilizado pelas reformas, que já tinham sido  
104 prometida quando os PAM'S passaram para este. Secretário Henrique responde aos  
105 questionamentos e propõe que esta discussão seja aprofundada na próxima reunião.  
106 Jane propõe que os Conselheiros busquem na Secretaria Executiva do Conselho cópia  
107 da proposta do programa emergencial de recuperação e ampliação das unidades para  
108 que na próxima reunião do CMS seja discutido e apreciado. **CLS 8:** Jane relata que  
109 pouco antes da reunião, recebeu uma correspondência da coordenação do CLS 8 onde  
110 consta cópia da ata e um of. para secretário e secretária executiva. Jane propõe que

111 não se faça discussão hoje informa que foi feito convite as entidades comunitárias do  
112 centro que compõe orçamento participativo, mas havia reunião marcada deste fórum  
113 para hoje. A decisão unânime do CMS é de que a Coordenação Executiva do CMS  
114 convoque a Coordenação do CLS 8, para se fazer presente na próxima plenária do  
115 CMS- dia 05/6/97 mesmo se houver ausência da coordenação haverá a discussão  
116 como 1º ponto. **SAMU:** Jane lembra aos Conselheiros que na reunião anterior havia a  
117 indicação da Conselheira Regina e da usuária Fátima, mas que a definição seria feita  
118 hoje. A plenária indica o nome da conselheira Regina SIDISPREV, como titular e  
119 conselheiro Humberto Scorza como suplente no Comitê Gestor do SAMU. Os mesmos  
120 aceitam a indicação feita. **ASSUNTOS GERAIS: DRT:** Conselheiro Cozzatti, fala que  
121 existe a norma regulamentadora nº07 Programa de controle médico de Saúde  
122 ocupacional, distribui cartilhas sobre a norma que deverá ser aprofundada na 2ª  
123 reunião de junho. Complementa que a DRT está fazendo um estudo sobre Trabalho  
124 Infantil e recebendo denúncias sobre estes trabalhos. **SINDISPREV:** Conselheira  
125 Regina informa que o sindicato estará realizando nos dias 24 e 25/5- seminário sobre  
126 estrutura sindical, este é aberto a todos os previdenciários e convida os conselheiros a  
127 participar/ Nada mais tendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 21h e 20min. Da  
128 qual foi lavrada a presente ata, e após leitura e aprovação será devidamente assinada  
129 Porto Alegre, 22 de maio de 1997.

130

131 Maria Elaine Facioni  
132 Secretária Executiva

Jane Pilar  
Coordenadora Executiva do CMS/POA  
Ata aprovada na reunião Plenária do dia 05/06/1997.

133